



O JOGO DO APOCALIPSE: A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NUCLEAR

"... e formou-se uma saraivada de fogo misturado com sangue, que caiu sobre a terra, e queimou-se a terça parte da terra, e queimou-se a terça parte das árvores, e queimou-se toda a erva verde."

São João (12:617)

Jorge Alberto Pereira da Silva

Capitão-de-Corveta da Turma de 27 Jan. 61, promovido ao posto atual, por merecimento, em 15 Ago 72.

Possui os cursos militares da Escola Naval, de Aperfeiçoamento de Eletrônica para Oficiais, o "Advanced Telecommunications Dagger Staff Course" (no Royal Military College of Science, Inglaterra), além de diversos cursos nas áreas de sensores eletrônicos e de sistemas digitais para direção e controle de armas (na Royal Navy, Inglaterra), é também bacharel em Ciências Administrativas.

Foi Instrutor e Encarregado do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Chefe do Departamento de Sistemas Tipo no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão.

Concluiu recentemente o Curso de Estado-Maior da Escola de Guerra Naval.

É preciso Conhecer as Regras

A simples menção feita às Armas Nucleares é capaz de provocar, em muitos, visões apocalípticas que, se por um lado despertam um interesse quase mórbido pela matéria, dificultam, por outro, a análise racional da situação por elas criada.

A tendência a radicalizar posições resulta, muitas vezes, de conhecimentos superficiais e juízos precipitados. Tal atitude é inaceitável num assunto de que pode depender o destino da humanidade. Interessa, pois, a todos, e não apenas aos militares, formar uma idéia geral quanto às origens e à evolução da Estratégia Nuclear.

A natural "polarização psicológica", em relação ao tema, poderá ser menor se ele for visualizado como um jogo de lances dramáticos que, embora disputado com aparente exclusividade pelas nações mais importantes, acaba envolvendo as demais, que precisam, assim, conhecer suas regras, em constante mutação.

Concepção e Movimentos Iniciais

Em 1938, os experimentos realizados por Irène e Joliot Curie, em Paris, e por Otto Hahn, em Berlim, resultaram na fissão nuclear do urânio. O mundo científico percebeu, então, que seria possível desencadear, a partir daquele fenômeno, uma reação capaz de liberar enormes quantidades de energia.

Em agosto de 1939, o cientista Leo Szilard, refugiado do regime nazista, convenceu Albert Einstein a assinar uma carta para o Presidente Roosevelt, informando as recentes descobertas, no campo da física nuclear, e suas aplicações militares. Eram sugeridas providências urgentes no sentido de evitar que a Alemanha, com suas pesquisas já iniciadas, tomasse a dianteira. Desenvolvendo um esforço considerável, os norte-americanos conseguiram, em 16 de julho de 1945, testar com êxito, em Alamogordo, Novo México, a sua primeira "bomba atômica".

O sucesso obtido permitiu a Truman endurecer sua posição na Conferência de Potsdam, cuja abertura conseguira adiar para o dia seguinte ao da experiência em Alamogordo (10:1410). Desta forma, a Arma Nuclear mal tinha nascido e já influenciava poderosamente decisões estratégicas essenciais.

Uma Vantagem Impotente

Os lançamentos efetuados contra Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945, além de seu efeito acelerador sobre a rendição japonesa, serviram para apresentar a todo o mundo o novo monstro que os Estados Unidos controlavam.

A exibição impressionou, em especial, à União Soviética que, entendendo o desafio, acabou também conseguindo, em 1949, explodir um artefato semelhante. Ela teria, entretanto, de esperar mais alguns anos antes que pudesse desenvolver uma capacidade de lançamento suficiente para ameaçar o território americano. E ninguém mais parecia, então, em condições de participar da terrível competição. Os Estados Unidos detinham, pois, sem contestação, a superioridade nuclear, e poderiam destruir impunemente qualquer adversário.

A vantagem obtida pelos norte-americanos parecia constituir um suporte adequado à "Estratégia de Contenção", adotada contra o expansionismo comunista no após-guerra. A dificuldade parecia estar na forma que tomavam os seus avanços; sem o aspecto de campanhas militares (13:17).

Em 1950 a agressão vermelha surgiu de maneira menos sutil na Coréia, havendo, então, oportunidade de testar, efetivamente, a estratégia do Ocidente. Após 3 anos de luta, a guerra terminou num impasse. A solicitação do General MacArthur para bombardear a China não foi atendida, e parecia que de nada

adiantava aos Estados Unidos o seu poderio nuclear.

Assim, em 1954 John Foster Dulles anunciou uma nova "Estratégia de Retaliação Maciça", pela qual, daí em diante, qualquer agressor seria dissuadido pela ameaça de destruição total e imediata, através de armas atômicas e termonucleares. Era a resposta à possibilidade de novas provocações apoiadas na superioridade militar convencional do Bloco Vermelho (3:203).

Contudo, também a nova estratégia não teve o efeito paralisante que se imaginara. Mostrou-se um instrumento excessivamente radical para o tipo de ação limitada que pretendia conter. Em outubro de 1956, os soviéticos invadiram a Hungria e, em novembro do mesmo ano, durante a crise de Suez, ameaçaram a França e a Grã-Bretanha. Ficava evidente a impotência do Bloco Ocidental, e o domínio comunista podia se expandir e consolidar.

Equilibrando o Jogo

Em novembro de 1952, utilizando a fusão nuclear, os Estados Unidos haviam produzido a chamada bomba de hidrogênio, bem mais sofisticada e poderosa que a atômica usada contra o Japão. O sentimento de confiança que lhes trouxe a nova arma durou menos de um ano, pois, em agosto de 1953, a União Soviética anunciou o teste, com sucesso, de engenho similar. Restava, ainda, aos norte-americanos, o monopólio dos meios de lançamento a longa distância.

No dia 4 de outubro de 1957, a União Soviética surpreendeu o mundo, colocando em órbita o satélite artificial Sputnik I. Daí por diante, poderia ameaçar o território norte-americano de ataque por mísseis balísticos intercontinentais. Até essa época, o poderio nuclear americano tinha como propósito dissuadir o inimigo de uma agressão convencional aos seus aliados. A partir de então, deveria assegurar, prioritariamente, a "deterência" de um ataque nuclear ao seu próprio território.

A Vitória Impossível

O receio de uma possível supremacia soviética levou o Presidente Eisenhower a uma série de medidas visando aumentar o tamanho e a "capacidade de sobrevivência" de suas forças nucleares. Deveria ser garantido o poder de retaliação, mesmo na eventualidade de um ataque total desferido pelo inimigo. Tais esforços foram bastante ampliados na Administração Kennedy, que o sucedeu. Como resultado, os Estados Unidos tinham, em 1962, reconquistado a superioridade nuclear.

A reação americana tornou possível o desenvolvimento de uma "Estratégia de Contra-força", preconizada por McNamara, a qual procurava distinguir entre alvos para ataques contraforça (militares) e contravalor (civis), evitando com isso as alternativas extremas de rendição ou aniquilamento (3:119). McNamara advogava, ainda, uma "Estratégia de Resposta Flexível" que, além de novas alternativas nucleares, previa o fortalecimento das armas convencionais, permitindo reagir no

mesmo nível de qualquer agressão (3:120).

A vantagem retomada pelos norte-americanos foi apenas temporária, uma vez que os mísseis soviéticos logo aumentaram de número e tornaram-se menos vulneráveis. McNamara acabou tendo de admitir o caráter altamente destrutivo da guerra nuclear, para ambos os lados. Abandonaram-se, pois, as opções de dano limitado e ataque contraforça, em favor de uma "Estratégia de Destruição Mútua Assegurada (MAD)". O primeiro a atacar poderia aniquilar o adversário, mas seria, por sua vez, destruído. Admitida a racionalidade dos "jogadores", haveria "deterrença bilateral" (17:3).

Na opção estratégica adotada, assumia especial relevância o papel dos submarinos de propulsão nuclear, armados com mísseis estratégicos. Dada a sua pouca vulnerabilidade a um primeiro golpe, seriam eles os instrumentos mais apropriados para a resposta, especialmente contra o complexo urbano e industrial do inimigo.

Satisfeitos com o Empate . . . (?)

Em 1969, no início da Administração Nixon, realizou-se um exame geral da política de defesa então adotada. Concluiu-se que não seria viável, nem política nem economicamente, tentar reconquistar a superioridade nuclear estratégica. Tomou-se, assim, a decisão de aceitar o chamado "Critério de Suficiência", o qual ratificava a situação de paridade nuclear entre as duas superpotências. Foi o mesmo anunciado em 1971 pelo Secretário de Defesa Melvin R. Laird (7:25).

Juntamente com a idéia de "mútua-deterrença", firmava-se então o conceito de "estabilidade estratégica", o qual considerava como fator de desequilíbrio qualquer ação realizada por um dos contendores, que pudesse prejudicar a capacidade de retaliação do adversário. Isto se aplicaria, por exemplo, à tentativa de melhorar a precisão dos mísseis estratégicos e à proliferação dos mísseis antibalísticos.

Conceitos como os acima expostos constituiriam a base das Conversações para Limitação de Armas Estratégicas (SALT), mantidas entre as duas superpotências a partir de novembro de 1969. A primeira fase das referidas negociações foi concluída em maio de 1972 (SALT I), tendo sido anunciados dois acordos que pareciam confirmar a aceitação soviética quanto às teorias de "deterrença e estabilidade", como compreendidas pelos norte-americanos (2:536). A possibilidade de novos acordos foi, posteriormente, discutida (4:32).

Baixam as Apostas e a Disputa Continua

Ratificada a situação de paridade nuclear, era minada a confiança dos membros da NATO no poder de "deterrença" dos Estados Unidos, especialmente quanto à defesa da Europa. Devia, pois, de algum modo, ser aumentada a credibilidade do poder nuclear americano.

Surgiu então o argumento segundo o qual os Estados Unidos, embora vulneráveis à retaliação nuclear, poderiam utilizar suas forças estratégicas de forma seletiva, regulando o grau de seu emprego e elevando gradativamente os custos do agressor até fazê-los suplantarem os ganhos visados. Era, de certo modo, um retorno à Estratégia de Contraforça pregada por McNamara. Enunciada por Schlesinger, em 1974, ela foi chamada de "Equivalência Essencial" (15:1046).

Assim, baixando-se o valor das apostas, tornava-se possível a continuação do Jogo Nuclear. E, embora tais medidas pudessem ser consideradas desestabilizantes, correspondiam a um reforço na "deterência" de agressões menores. Exigiam, por outro lado, o desenvolvimento de novos sistemas de armas, de maior precisão e com meios de controle muito mais elaborados, resultando num aumento da capacidade ofensiva dos Estados Unidos. É provável que a União Soviética procure novamente o equilíbrio ou mesmo a preponderância, acirrando-se, de novo, a disputa.

Conclusões para Principiantes

Não se pretendeu aqui esgotar o assunto, mas apenas deixar esboçada uma idéia geral com base na atuação dos principais "jogadores", de forma a servir de estímulo a um estudo mais aprofundado. "Parceiros menores", como a França, a Grã-Bretanha e a China, não foram especificamente analisados. Eles são como que amadores que tornam mais interessante a competição e defendem, como podem, seus próprios interesses. Outros, como a Índia e demais países em vias de se nuclearizarem, têm influência muito reduzida, embora devam, como "principiantes", estar atentos às jogadas dos "Grandes Mestres".

Procurou-se mostrar que a Competição Nuclear é séria, sofisticada e, sobretudo, permanente. Por maiores que sejam os impasses, sempre se achará um jeito de continuá-la.

Deve ter ficado bem evidente o valor incalculável atribuído à posse de Armas Nucleares. Mostrou-se como podem pesar nas decisões internacionais e o esforço feito pelo lado que se sente em desvantagem. Ainda quando a paridade não existe, constituem um fator importante, de prestígio e dissuasão limitada. Não será provavelmente admissível que qualquer Estado com aspirações a grande potência deixe de possuí-las em futuro não muito distante. É impossível conjurar o mal negando a sua existência.

BIBLIOGRAFIA

1. AUTON, Graeme P. Nuclear Deterrence and the Medium Power: A Proposal for Doctrinal Change in the British and French Cases. In: *Orbis*. Philadelphia, 20(2):367-99, Summer 1976.
2. BARNETT, Rober W. Trans-SALT: Soviet Strategic Doctrine. In: *Orbis*. Philadelphia, 19(2):533-61, Summer 1975.
3. BAYLIS, John et alii. *Contemporary Strategy*. New York, Holmes & Meier, 1975.

4. BERTRAM, Christoph, ed. Strategic Arms Limitation. In: *Survival*. London, 17(1):32-4, Jan./Feb. 1975.
5. BRASIL. Escola de Guerra-Naval. EGN-302 — *Elementos de Estratégia*. Rio de Janeiro, 1973.
6. CANBY, Steven L. Damping Nuclear Counterforce Incentives: Correcting NATO'S inferiority in Conventional Military Strength. In: *Orbis*. Philadelphia, 19(1):47-71, Spring 1975.
7. CARTER, Barry. Flexible Strategic Options: No Need for New Strategy. In: *Survival*. London, 17(1):25-31, Jan./Feb. 1975.
8. DAVIS, Lynn Etheridge. Limited Nuclear Options: Deterrence and the New American Doctrine. In: *Adelphi Papers*. London, (122):1-22, Winter 1975/6.
9. GOODPASTER, Andrew. NATO Strategy and Requirements 1975-1985. In: *Survival*. London, 17(5):210-6, Sept./Oct. 1975.
10. HAMMOND, Thomas T. "Atomic Diplomacy" Revised. In: *Orbis*. Philadelphia, 19(4):1403-29, Winter, 1976.
11. HSIEH, Alice Longley. *Communist China's Strategy in the Nuclear Era*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1962.
12. IOHANNES APOSTULUS, S. "Apocalipse". In: *Novo Testamento*. Trad. por P. Alvaro Negromonte. Rio de Janeiro, Agir, 1948.
13. KADT, Emanuel J. de. *British Defence Policy and Nuclear War*. London, Frank Cass, 1964.
14. KEMP, Geoffrey. Nuclear Forces for Medium Powers: Parts II and III: Strategic Requirements and Options. In: *Adelphi Papers*. London, (107):1-34, Autumn 1974.
15. LEHMAN, Christopher M. & HUGHES, Peter C. Equivalence and Salt II. In: *Orbis*. Philadelphia, 20(4):1045-54, Winter 1977.
16. NERLICH, Uwe. The Alliance and Europe: Part V: Nuclear Weapons and East-West Negotiation. In: *Adelphi Papers*. London, (120):1-35, Winter 1975/6.
17. ROSECRANCE, Richard. Strategic Deterrence Reconsidered. In: *Adelphi Papers*. London, (116):1-37, Spring 1975.
18. RUMMEL, R. J. Will the Soviet Union Soon Have a First-Strike Capability? In: *Orbis*. Philadelphia, 20(3):579-94, Fall 1976.
19. SINNREICH, Richard Hart. NATO'S Doctrinal Dilemma. In: *Orbis*. Philadelphia, 19(2):461-76, Summer 1975.

BIBLIOGRAFIA